

ABR^ΛJ I
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
JORNALISMO INVESTIGATIVO

AJOr
ASSOCIAÇÃO
DE JORNALISMO
DIGITAL

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

INSTITUTO
PALAVRA
ABERTA



J E D U C A
associação de jornalistas de educação

RSF
REPÓRTERES
SEM FRONTEIRAS

Integridade da
Informação só
pode ser
alcançada com
**jornalismo livre,
plural e
independente**



A decisão da presidência brasileira do G20 de incluir a integridade da informação entre os temas de trabalhos do grupo de economia digital é mais do que bem-vinda. Desde que o secretário geral da ONU ressaltou em seu “Informe de Política para a Nossa Agenda Comum” a relevância desta questão para o enfrentamento da desinformação, do discurso de ódio e de violações de direitos no ambiente digital, cresce globalmente a mobilização da sociedade civil na defesa de informações precisas, consistentes e confiáveis.

Nada disso pode ser alcançado sem a existência e o fortalecimento de um jornalismo livre, plural, ético e independente. Num contexto extremamente desafiador para as democracias, a oportunidade dada pelo G20 aos países-membros de discutirem desafios e oportunidades para o espaço informacional é ímpar e não pode ser desperdiçada. Muito menos pelo Brasil, onde obstáculos históricos para o desenvolvimento e subsistência de um ambiente jornalístico diverso nunca foram enfrentados em sua plenitude.

Assim, em diálogo com a nota conceitual apresentada pelo governo brasileiro para subsidiar os trabalhos do G20, e na posição de organizações que atuam em defesa do jornalismo dentro e fora do país, lembramos o papel dos Estados em fortalecer este instrumento de garantia de acesso à informação e a direitos das sociedades, que impacta diretamente na qualidade das democracias. Não basta, neste sentido, um Estado que se abstenha de cercear e obstaculizar o trabalho da imprensa; são necessárias políticas de apoio e financiamento contínuo de iniciativas jornalísticas, visando a sustentabilidade financeira do ecossistema informacional e a valorização dos trabalhadores/as da imprensa.

Uma paisagem midiática diversa também exige medidas de reconhecimento e incentivo ao trabalho jornalístico. Está mais do que evidente que fomentar coberturas comprometidas com os direitos humanos, promover conteúdos locais e regionais, fortalecer a comunicação pública e comunitária e combater os desertos de notícias são ações necessárias para viabilizar a pluralidade de fontes no debate público e a consolidação democrática dos países.

Do contrário, o acesso à informação por parte dos cidadãos e cidadãs e o exercício de sua liberdade de expressão como parte estruturante da própria cidadania seguirão ameaçados pelo crescente fenômeno da desinformação e da polarização política. O jornalismo sozinho não dará conta de suplantar a utilização orquestrada de engrenagens políticas e econômicas que se

utilizam da desinformação como arma no debate público. Mas sem a implementação de medidas de promoção da produção e circulação de informações autênticas e confiáveis – como a *Journalism Trust Initiative* –, o enfrentamento à desinformação será ainda mais desafiador.

Tais medidas passam imperativamente pelo avanço da regulação de plataformas digitais – principalmente de redes sociais, ferramentas de busca e aplicativos de mensageria. Enquanto atores essenciais para a garantia de um ambiente informacional íntegro, as plataformas devem implementar iniciativas para conter a desinformação, banir a violência online contra jornalistas e meios de comunicação – que silenciam sobretudo mulheres e impactam processos eleitorais – e ampliar o alcance das informações de qualidade, garantindo pluralidade e diversidade.

Mas é papel do Estado agir, por meio de suas diferentes instâncias e esferas, para que o ambiente digital possa se desenvolver alicerçado nos direitos humanos e no debate plural, democrático e soberano de ideias. **Tal objetivo só será alcançado por meio de regulações nacionais que permitam uma governança global do espaço informacional baseada em normas de transparência, devido processo na moderação de conteúdos, responsabilização das plataformas pelos riscos sistêmicos decorrentes de seus serviços e critérios de pluralismo e ética jornalística para a curadoria e indexação algorítmica de conteúdos informativos.** O Brasil deu um passo importante no cenário internacional ao firmar a Parceria pela Informação e Democracia. Agora é preciso fazer o dever dentro de casa.

Zelar pela integridade da informação é tarefa coletiva, que passa necessariamente pela educação midiática e pelo desenvolvimento de um conjunto de habilidades essenciais para que cada cidadão/ã possa participar do ecossistema informacional com mais criticidade, responsabilidade e ética. Porém, num cenário de expansão da inteligência artificial generativa, com consequências enormes para a forma como produzimos, distribuimos e consumimos informação, **ou os Estados priorizam esta agenda em sua complexidade e assumem sua responsabilidade ou haverá pouco espaço no futuro para se falar em integridade da informação.**

Saudamos uma vez mais a iniciativa de pautar o tema e o diálogo multissetorial internacional em torno de saídas, reforçando a importância da participação da sociedade civil neste debate. Colocamo-nos, por fim, à disposição da presidência do G20 para contribuir com este processo a partir da perspectiva de um ator imprescindível nesta agenda: **o jornalismo.**